

**Gestão 2020-2022**

Procurador-Geral de Justiça  
**Alexandre Magno Benites de Lacerda**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico  
**Humberto de Matos Brittes**  
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa  
**Nilza Gomes da Silva**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça de Gestão e Planejamento Institucional  
**Paulo Cezar dos Passos**  
Corregedor-Geral do Ministério Público  
**Marcos Antonio Martins Sottoriva**  
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público  
**Antonio Siufi Neto**  
Ouvidor do Ministério Público  
**Olavo Monteiro Mascarenhas**

**COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA**

Procurador de Justiça <i>Sérgio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Ricciotti</i>	Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrainer</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Gilberto Robalinho da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procurador de Justiça <i>Miguel Vieira da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Jaceguara Dantas da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Sérgio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Júnior</i>	Procurador de Justiça <i>Alexandre Lima Raslan</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	

**EXPEDIENTE EXTERNO:**

De 2ª à 6ª feira, das 08 às 11 e 13 às 18 horas.

**DISQUE DENÚNCIA**

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: [caocrim@mpms.mp.br](mailto:caocrim@mpms.mp.br)

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão  
e dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência

(67) 3318-2160 e-mail: [caodh@mpms.mp.br](mailto:caodh@mpms.mp.br)

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA****PORTARIA Nº 1704/2020-PGJ, DE 13.5.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar as seguintes servidoras do Quadro do Ministério Público Estadual como gestoras e fiscais do Contrato nº 28/PGJ/2020, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestora do Contrato – Renata Caroline Pereira de Macedo, Chefe do Departamento de Material e Patrimônio; 1.1) Suplente – Adriana Cristina Dias Gomes Spagnol, Chefe do Núcleo de Controle de Bens Permanentes; 2) Fiscal Administrativa – Vivian Severino da Silva Ribeiro, Chefe da Divisão de Almoxarifado; 2.1) Suplente – Rosinei Escobar Xavier, Técnico I (Processo PGJ/10/1174/2020).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1705/2020-PGJ, DE 13.5.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais do Contrato nº 22/PGJ/2020, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestor do Contrato – Wellington Gradella Marthos, Diretor da Secretaria de Gestão de Pessoas; 1.1) Suplente – Christiane de Oliveira Landgraf Pinto, Chefe do Departamento de Gestão de Pessoas; 2) Fiscal Administrativa – Cristiane da Silva Sena, Técnico I; 2.1) Suplente – Murilo Rolim Neto, Técnico II (Processo PGJ/10/0959/2020).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1706/2020-PGJ, DE 13.5.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais do Contrato nº 41/PGJ/2020, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestor do Contrato – Wellington Gradella Marthos, Diretor da Secretaria de Gestão de Pessoas; 1.1) Suplente – Christiane de Oliveira Landgraf Pinto, Chefe do Departamento de Gestão de Pessoas; 2) Fiscal Administrativa – Cristiane da Silva Sena, Técnico I; 2.1) Suplente – Murilo Rolim Neto, Técnico II (Processo PGJ/10/0849/2020).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1707/2020-PGJ, DE 13.5.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais do convênio decorrente do Processo PGJ/10/1253/2020, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestor do Contrato – Wellington Gradella Marthos, Diretor da Secretaria de Gestão de Pessoas; 1.1) Suplente – Christiane de Oliveira Landgraf Pinto, Chefe do Departamento de Gestão de Pessoas; 2) Fiscal Administrativa – Cristiane da Silva Sena, Técnico I; 2.1) Suplente – Murilo Rolim Neto, Técnico II.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1708/2020-PGJ, DE 13.5.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais do convênio decorrente do Processo PGJ/10/0746/2020, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestor do Contrato – Wellington Gradella Marthos, Diretor da Secretaria de Gestão de Pessoas; 1.1) Suplente – Christiane de Oliveira Landgraf Pinto, Chefe do Departamento de Gestão de Pessoas; 2) Fiscal Administrativa – Cristiane da Silva Sena, Técnico I; 2.1) Suplente – Murilo Rolim Neto, Técnico II.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1711/2020-PGJ, DE 13.5.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 61/2020 da Prefeitura de Jardim, que considera facultativo o ponto nas repartições públicas municipais no dia 15.5.2020, em razão das comemorações do aniversário da cidade de Jardim (14.5.2020);

CONSIDERANDO a decisão exarada no Processo nº 066.113.0008-2020, do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul, que acompanhou o ponto facultativo municipal e autorizou o fechamento do fórum da comarca de Jardim no dia 15.5.2020,

**R E S O L V E :**

Declarar ponto facultativo o dia 15.5.2020, sexta-feira, no âmbito das Promotorias de Justiça de Jardim, excetuados os serviços que por sua natureza não permitam a paralisação.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA****PORTARIA Nº 1637/2020-PGJ, DE 8.5.2020**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5 de maio de 2020,

**R E S O L V E :**

Designar o servidor Lucas Ramos da Costa, ocupante do cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços na 3ª Promotoria de Justiça da comarca de Sidrolândia, a partir de 5.5.2020, até ulterior deliberação.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

**PORTARIA Nº 1710/2020-PGJ, DE 13.5.2020**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder ao servidor Wagner Marques Mercadante, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 5 (cinco) dias de licença-paternidade, em razão do nascimento de seu filho, a partir de 5.5.2020, nos termos dos artigos 130, inciso IV, e 148, ambos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000; e 15 (quinze) dias, em prorrogação, nos termos da Resolução nº 21/2017-PGJ, de 28.8.2017.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

**PORTARIA Nº 1712/2020-PGJ, DE 13.5.2020**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5 de maio de 2020,

**R E S O L V E :**

Designar a servidora Elizangela Cristina Paes da Silva, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotada nas Promotorias de Justiça de Campo Grande e designada para prestar serviços na 64ª Promotoria de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços na 76ª Promotoria de Justiça da referida Comarca, a partir de 12.5.2020, até ulterior deliberação.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

**PORTARIA Nº 1678/2020-PGJ, DE 11.5.2020**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias regulamentares aos servidores do Quadro do Ministério Público Estadual abaixo nominados, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016, conforme segue:

NOME	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Pedro Pires de Medeiros Junior	2017/2018	15.6 a 4.7.2020			4 a 13.6.2020
Cecilio Leandro Echeverria	2018/2019	13 a 22.10.2020	1º a 10.2.2021		1º a 10.6.2020
Evelyne dos Santos Melo	2019/2020	13 a 22.10.2020	18 a 27.2.2021		1º a 10.6.2020
Fernanda Meira Guerra Birolini	2019/2020	8 a 17.9.2020	4 a 13.11.2020		17 a 26.6.2020
Greyce Kelly Gomes Santiago	2019/2020	17.8 a 5.9.2020			15 a 24.6.2020
Jader Silva de Melo Alves	2018/2019	15 a 24.6.2020	8 a 17.9.2020		12 a 21.8.2020
Lailene Couto Penteado	2018/2019	11 a 20.1.2021	12 a 21.7.2021		1º a 10.6.2021
Lara Gurgel de Alencar Nunez	2019/2020	5 a 14.10.2020	18 a 27.2.2021		8 a 17.6.2020
Luis Alexandre Figueiredo Santiago	2019/2020	1º a 10.6.2020	3 a 12.11.2020		15 a 24.6.2020
Marcelo Arce Cathcart Ferreira	2017/2018	29.6 a 28.7.2020			
Márcia Corrêa Duarte Hoffmeister	2019/2020	13 a 22.7.2020	14 a 23.10.2020		4 a 13.6.2020
Margarida da Silva Barros	2017/2018	15.7 a 3.8.2020			22.6 a 1º.7.2020
Priscilla Caroline Muta	2018/2019	8 a 17.9.2020	2 a 11.12.2020		22.6 a 1º.7.2020
Rebeca Izepi Silva Monteiro	2017/2018	15 a 24.6.2020	13 a 22.10.2020		1º a 10.6.2020
Rosana Antunes Geraldo Blan	2019/2020	21.9 a 10.10.2020			22.6 a 1º.7.2020
Sonia Ines Bilibio de Oliveira	2018/2019	3 a 22.5.2020	3 a 12.8.2020		

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

**PORTARIA Nº 1645/2020-PGJ, DE 8.5.2020**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Alterar as férias dos servidores do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, concedidas por meio das portarias abaixo relacionadas, e suas modificações, nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, conforme segue:

Onde consta:

PORTARIA Nº 3327/2019-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Daniel Francisco Mercado Dantas	2018/2019	30.9 a 9.10.2019	4 a 13.5.2020		4 a 13.11.2019

PORTARIA Nº 4365/2019-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Cristhiane Bergmaier	2017/2018	11 a 30.5.2020			14 a 23.1.2020
Delenda Alves Teixeira Lino	2018/2019	7 a 16.1.2020	4 a 13.5.2020	13 a 22.7.2020	
Luciana Aguerro Rivas Cavassa	2018/2019	16 a 25.3.2020	22.6 a 1º.7.2020		7 a 16.1.2020
Marcelino José Siebert	2018/2019	4 a 13.5.2020	14 a 23.9.2020		15 a 24.1.2020

PORTARIA Nº 462/2020-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Alyne Kathiucia Raulino Green	2018/2019	15 a 24.6.2020	8 a 17.9.2020		16 a 25.3.2020

PORTARIA Nº 180/2020-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Bruna Berto de Castro	2019/2020	1º a 10.6.2020	3 a 12.11.2020		1º a 10.2.2020
Luís Henrique Zaidan Blecha	2018/2019	13 a 22.7.2020	9 a 18.12.2020		3 a 12.2.2020

PORTARIA Nº 1232/2020-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Catarina Costa da Silva	2017/2018	4 a 13.5.2020	1º a 10.10.2020		14 a 23.5.2020
Myrian Raquel Rodrigues da Silva	2018/2019	4 a 13.5.2020	7 a 16.1.2021		1º a 10.2.2021

Passe a constar:

PORTARIA Nº 3327/2019-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Daniel Francisco Mercado Dantas	2018/2019	30.9 a 9.10.2019	15 a 24.7.2020		4 a 13.11.2019

PORTARIA Nº 4365/2019-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Cristhiane Bergmaier	2017/2018	16 a 25.11.2020	1º a 10.3.2021		14 a 23.1.2020
Delenda Alves Teixeira Lino	2018/2019	7 a 16.1.2020	13 a 22.7.2020	14 a 23.10.2020	

Luciana Agüero Rivas Cavassa	2018/2019	16 a 25.3.2020	13 a 22.10.2020		7 a 16.1.2020
Marcelino José Siebert	2018/2019	8 a 17.9.2020	13 a 22.10.2020		15 a 24.1.2020

**PORTARIA Nº 462/2020-PGJ**

SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Alyne Kathiucia Raulino Green	2018/2019	8 a 17.9.2020	5 a 14.4.2021		16 a 25.3.2020

**PORTARIA Nº 180/2020-PGJ**

SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Bruna Berto de Castro	2019/2020	3 a 12.11.2020	18 a 27.2.2021		1º a 10.2.2020
Luís Henrique Zaidan Blecha	2018/2019	3 a 12.11.2020	9 a 18.12.2020		3 a 12.2.2020

**PORTARIA Nº 1232/2020-PGJ**

SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Catarina Costa da Silva	2017/2018	1º a 10.7.2020	1º a 10.10.2020		14 a 23.5.2020
Myrian Raquel Rodrigues da Silva	2018/2019	20 a 29.5.2020	7 a 16.1.2021		1º a 10.2.2021

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

**PORTARIA Nº 1654/2020-PGJ, DE 8.5.2020**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Alterar as férias dos servidores do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, concedidas por meio das portarias abaixo relacionadas, e suas modificações, nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, conforme segue:

Onde consta:

**PORTARIA Nº 1307/2019-PGJ**

SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Leonardo Navarro Dias Gonçalves	2017/2018	6 a 25.5.2019	22.4 a 1º.5.2020		

**PORTARIA Nº 1615/2019-PGJ**

SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Otoni Sá Leal de Figueiredo	2016/2017	24.6 a 3.7.2019	14 a 23.10.2019	20 a 29.5.2020	

**PORTARIA Nº 1892/2019-PGJ**

SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Jeferson da Silva Marques	2017/2018	22 a 31.7.2019	15 a 24.6.2020		12 a 21.7.2019
Jose Lima Fidelis	2018/2019	9 a 18.9.2019	4 a 13.5.2020		22 a 31.7.2019

PORTARIA Nº 2875/2019-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Marcelo Mendes do Amaral	2018/2019	23.9 a 2.10.2019	22.4 a 1º.5.2020	27.8 a 5.9.2020	

PORTARIA Nº 3545/2019-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
José Ricardo Barbosa Mendes	2018/2019	20 a 29.11.2019	4 a 13.5.2020		7 a 16.1.2020
Rodrigo Peixoto Santos	2018/2019	18 a 27.11.2019	18 a 27.5.2020	16 a 25.9.2020	

PORTARIA Nº 4170/2019-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Desirée Oliveira da Silveira	2018/2019	20 a 29.1.2020	6 a 15.5.2020		1º a 10.11.2019

PORTARIA Nº 4365/2019-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Sandra Maria Albino de Souza Garcia	2017/2018	20 a 29.1.2020	15 a 24.6.2020		26.2 a 6.3.2020
Sheila Marques da Costa	2017/2018	11 a 20.5.2020	3 a 12.8.2020		7 a 16.1.2020
Valter Vieira Segundo	2018/2019	7 a 16.1.2020	15 a 24.6.2020		3 a 12.2.2020
Wanessa Barbosa Santana	2018/2019	20 a 29.1.2020	15 a 24.6.2020		7 a 16.1.2020

PORTARIA Nº 180/2020-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Paula da Cunha Bulhões	2018/2019	15 a 24.6.2020	13 a 22.10.2020		10 a 19.2.2020
Renata Caroline Pereira de Macedo	2018/2019	1º a 10.6.2020	21 a 30.10.2020		10 a 19.2.2020

PORTARIA Nº 852/2020-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
José Guilherme de Oliveira	2017/2018	20 a 29.5.2020	9 a 18.12.2020		20 a 29.4.2020

Passe a constar:

PORTARIA Nº 1307/2019-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Leonardo Navarro Dias Gonçalves	2017/2018	6 a 25.5.2019	13 a 22.10.2020		

PORTARIA Nº 1615/2019-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Otoni Sá Leal de Figueiredo	2016/2017	24.6 a 3.7.2019	14 a 23.10.2019	21 a 30.9.2020	

PORTARIA Nº 1892/2019-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Jeferson da Silva Marques	2017/2018	22 a 31.7.2019	10 a 19.5.2021		12 a 21.7.2019
Jose Lima Fidelis	2018/2019	9 a 18.9.2019	8 a 17.9.2020		22 a 31.7.2019



PORTARIA Nº 2875/2019-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Marcelo Mendes do Amaral	2018/2019	23.9 a 2.10.2019	15 a 24.6.2020	27.8 a 5.9.2020	

PORTARIA Nº 3545/2019-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
José Ricardo Barbosa Mendes	2018/2019	20 a 29.11.2019	1º a 10.6.2020		7 a 16.1.2020
Rodrigo Peixoto Santos	2018/2019	18 a 27.11.2019	7 a 16.1.2021	5 a 14.4.2021	

PORTARIA Nº 4170/2019-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Desirée Oliveira da Silveira	2018/2019	20 a 29.1.2020	14 a 23.9.2020		1º a 10.11.2019

PORTARIA Nº 4365/2019-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Sandra Maria Albino de Souza Garcia	2017/2018	20 a 29.1.2020	3 a 12.11.2020		26.2 a 6.3.2020
Sheila Marques da Costa	2017/2018	3 a 12.8.2020	3 a 12.11.2020		7 a 16.1.2020
Valter Vieira Segundo	2018/2019	7 a 16.1.2020	7 a 16.1.2021		3 a 12.2.2020
Wanessa Barbosa Santana	2018/2019	20 a 29.1.2020	13 a 22.10.2021		7 a 16.1.2020

PORTARIA Nº 180/2020-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Paula da Cunha Bulhões	2018/2019	13 a 22.10.2020	5 a 14.7.2021		10 a 19.2.2020
Renata Caroline Pereira de Macedo	2018/2019	21 a 30.10.2020	7 a 16.6.2021		10 a 19.2.2020

PORTARIA Nº 852/2020-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
José Guilherme de Oliveira	2017/2018	20 a 29.5.2020	9 a 18.12.2020		30.4 a 9.5.2020

NILZA GOMES DA SILVA  
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

#### PORTARIA Nº 1689/2020-PGJ, DE 12.5.2020

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Interromper, por necessidade de serviço, a partir de 5.5.2020, as férias da servidora Angela Marta Nantes Vieira, concedidas por meio da Portaria nº 4365/2019-PGJ, de 22.11.2019, com a redação dada pela Portaria nº 1330/2020-PGJ, de 27.4.2020, nos termos do artigo 11 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, a serem usufruídas no período de 15 a 23.6.2020.

NILZA GOMES DA SILVA  
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça



**PORTARIA Nº 1690/2020-PGJ, DE 12.5.2020**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Suspender as férias concedidas ao servidor Fabrício Judson Pacheco Rocha, por meio da Portaria nº 451/2019-PGJ, de 8.2.2019, com a redação dada pela Portaria nº 2746/2019-PGJ, de 1º.8.2019, que seriam usufruídas no período de 15 a 24.6.2020, a serem usufruídas no período de 13 a 22.10.2020, em razão de necessidade de serviço, nos termos do artigo 10, inciso VIII, da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

**PORTARIA Nº 1691/2020-PGJ, DE 12.5.2020**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Alterar as férias dos servidores do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, concedidas por meio das portarias abaixo relacionadas, e suas modificações, nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, conforme segue:

Onde consta:

PORTARIA Nº 2875/2019-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Fernanda Fabrini Silva	2018/2019	30.9 a 9.10.2019	1º a 10.6.2020		14 a 23.10.2019

PORTARIA Nº 3545/2019-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Gabriel Manvailer Zainko	2018/2019	2 a 11.3.2020	15 a 24.6.2020		1º a 10.10.2019

Passe a constar:

PORTARIA Nº 2875/2019-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Fernanda Fabrini Silva	2018/2019	30.9 a 9.10.2019	14 a 23.10.2020		14 a 23.10.2019

PORTARIA Nº 3545/2019-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Gabriel Manvailer Zainko	2018/2019	2 a 11.3.2020	5 a 14.4.2021		1º a 10.10.2019

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

**PORTARIA Nº 1692/2020-PGJ, DE 12.5.2020**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Suspender as férias concedidas ao servidor Flavio Lopes, por meio da Portaria nº 4365/2019-PGJ, de 22.11.2019, que seriam usufruídas no período de 1º a 10.6.2020, a serem usufruídas no período de 19 a 28.10.2020, em razão de necessidade de serviço, nos termos do artigo 10, inciso VIII, da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

**PORTARIA Nº 1693/2020-PGJ, DE 12.5.2020**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Suspender as férias concedidas à servidora Hainara Pinto Benevides, por meio da Portaria nº 4365/2019-PGJ, de 22.11.2019, com a redação dada pela Portaria nº 1118/2020-PGJ, de 30.3.2020, que seriam usufruídas no período de 4 a 12.5.2020, a serem usufruídas no período de 29.6 a 7.7.2020 em razão de necessidade de serviço, nos termos do artigo 10, inciso VIII, da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

**PORTARIA Nº 1694/2020-PGJ, DE 12.5.2020**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Suspender as férias concedidas à servidora Luana Frazão Amarante Messias Torres, por meio da Portaria nº 1307/2019-PGJ, de 12.4.2019, com a redação dada pela Portaria nº 3137/2020-PGJ, de 29.8.2019, que seriam usufruídas no período de 4 a 13.5.2020, a serem usufruídas no período de 3 a 12.11.2020, em razão de necessidade de serviço, nos termos do artigo 10, inciso VIII, da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

**PORTARIA Nº 1695/2020-PGJ, DE 12.5.2020**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Suspender as férias concedidas ao servidor Marcelo Roque Daltro Tosta, por meio da Portaria nº 4170/2019-PGJ, de 8.11.2019, que seriam usufruídas no período de 4 a 13.5.2020, a serem usufruídas no período de 3 a 12.5.2021, em razão de necessidade de serviço, nos termos do artigo 10, inciso VIII, da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

**PORTARIA Nº 1702/2020-PGJ, DE 13.5.2020**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Tornar sem efeito a Portaria nº 462/2020-PGJ, de 5.2.2020, na parte em que se concedeu férias à então servidora Amanda Indarte e Silva Monteiro, nos períodos de 1º a 10.6.2020 e de 13 a 22.10.2020.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

**PORTARIA Nº 1715/2020-PGJ, DE 13.5.2020**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Tornar sem efeito a Portaria nº 462/2020-PGJ, de 5.2.2020, com a redação dada pela Portaria nº 1124/2020-PGJ, de 30.3.2020, na parte em que se concedeu férias ao então servidor Rafael Ponteli Ataíde, nos períodos de 12 a 31.8.2020 e de 21 a 30.10.2020.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

**PORTARIA Nº 1716/2020-PGJ, DE 13.5.2020**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Tornar sem efeito a Portaria nº 462/2020-PGJ, de 5.2.2020, na parte em que se concedeu férias à então servidora Silvana Kato da Silva, no período de 13 a 22.10.2020.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

**COORDENADORIA DE LICITAÇÕES****AVISO DE HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/PGJ/2020****PROCESSO Nº PGJ/10/0329/2020****UASG 453860**

O MINISTÉRIO PÚBLICO DE MATO GROSSO DO SUL / Procuradoria-Geral de Justiça comunica aos interessados a homologação do resultado e a regularidade da licitação Pregão Eletrônico nº 10/PGJ/2020 (Processo nº PGJ/10/0329/2020).

Objeto: Registro de Preços para eventual locação de veículos, para atender o Ministério Público Estadual.

Vencedoras/Preços Registrados: Flavio Vasconcelos Alves e Castro, para os itens 1 (R\$ 1.300,00) e 2 (R\$ 3.884,00); e JCS Brasil Frotas Ltda., para o item 3 (R\$ 1.533,18).

Campo Grande, 13 de maio de 2020.

BIANKA KARINA BARROS DA COSTA

Promotora de Justiça e Secretária-Geral do MP/MS

Ordenadora de Despesa

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO****EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2020NE000196 DE 12.05.2020 DO PROCESSO PGJ/10/1476/2020**

Credor: SUPERAR EIRELI.

Ordenadora de despesa: **Bianka Karina Barros da Costa**, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: **Pregão Presencial nº 19/PGJ/2019 - Ata de Registro de Preços nº 13/PGJ/2019.**

Objeto: Aquisição de aparelhos de ar condicionado, tipo split (inverter e convencional), serviços de instalação, execução de tubulação e bombas para remoção de condensado, para atender às necessidades deste Ministério Público.

Valor: R\$ 2.820,00 (dois mil oitocentos e vinte reais) nos termos da Nota de Empenho nº 2020NE000196 de 12.05.2020, Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público.

Amparo legal: Inciso II, do artigo 15 da Lei nº 8.666/93.

**EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2020NE000197 DE 12.05.2020 DO PROCESSO PGJ/10/1476/2020**

Credor: SUPERAR EIRELI.

Ordenadora de despesa: **Bianka Karina Barros da Costa**, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: **Pregão Presencial nº 19/PGJ/2019 - Ata de Registro de Preços nº 13/PGJ/2019.**

Objeto: Aquisição de aparelhos de ar condicionado, tipo split (inverter e convencional), serviços de instalação, execução de tubulação e bombas para remoção de condensado, para atender às necessidades deste Ministério Público.

Valor: R\$ 2.470,00 (dois mil quatrocentos e setenta reais) nos termos da Nota de Empenho nº 2020NE000197 de 12.05.2020, Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público.

Amparo legal: Inciso II, do artigo 15 da Lei nº 8.666/93.

**EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2020NE000198 DE 12.05.2020 DO PROCESSO PGJ/10/1476/2020**

Credor: SUPERAR EIRELI.

Ordenadora de despesa: **Bianka Karina Barros da Costa**, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: **Pregão Presencial nº 19/PGJ/2019 - Ata de Registro de Preços nº 13/PGJ/2019.**

Objeto: Aquisição de aparelhos de ar condicionado, tipo split (inverter e convencional), serviços de instalação, execução de tubulação e bombas para remoção de condensado, para atender às necessidades deste Ministério Público.

Valor: R\$ 1.120,00 (um mil cento e vinte reais) nos termos da Nota de Empenho nº 2020NE000198 de 12.05.2020, Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público.

Amparo legal: Inciso II, do artigo 15 da Lei nº 8.666/93.

**EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 7/PGJ/2020**

Processo: PGJ/10/0383/2020

Partes:

**1- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, por intermédio do **Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

**2- SUPERAR EIRELI**, representada por **Josiane Bagatoli**.

Procedimento licitatório: Ata de Registro de Preços nº 13/PGJ/2019 - Pregão Presencial nº 19/PGJ/2019.

Amparo legal: Artigo 65, inciso II, alínea “b”, da Lei Federal nº 8.666/1993.

Objeto: Substituição da marca/modelo do item 1.1, do lote 1, pela marca/modelo TCL TAC-09CSA INV.

Vigência: 13.05.2020 a 31.01.2021.

Data de assinatura: 13 de maio de 2020.

**EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 8/PGJ/2020**

Processo: PGJ/10/0398/2020

Partes:

**1- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, por intermédio do **Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

**2- SUPERAR EIRELI**, representada por **Josiane Bagatoli**.

Procedimento licitatório: Ata de Registro de Preços nº 13/PGJ/2019 - Pregão Presencial nº 19/PGJ/2019.

Amparo legal: Artigo 65, inciso II, alínea “b”, da Lei Federal nº 8.666/1993.

Objeto: Substituição da marca/modelo do item 1.1, do lote 1, pela marca/modelo TCL TAC-09CSA INV.

Vigência: 13.05.2020 a 31.01.2021.

Data de assinatura: 13 de maio de 2020.

**EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 35/PGJ/2019**

Processo: PGJ/10/3939/2017

Partes:

**1- Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul**, por intermédio do **Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

**2- ELLO CONSULTORIA E CONSTRUÇÕES EIRELI**, representada por **Renan Bernardo Molina de Oliveira**.

Procedimento licitatório: Concorrência nº 2/CPL/PGJ/2018.

Amparo legal: Artigo 57, §1º, incisos II e III, e artigo 65, inciso I, alínea “a” e §1º, ambos da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Objeto: Prorrogação do prazo de vigência contratual por mais 8 (oito) meses; prorrogação do prazo de execução dos serviços por mais 4 (quatro) meses; acréscimo do valor de R\$ 49.983,10 (quarenta e nove mil novecentos e oitenta e três reais e dez centavos) e supressão do valor de R\$ 5.432,21 (cinco mil quatrocentos e trinta e dois reais e vinte e um centavos) ao valor atual do Contrato nº 35/PGJ/2019, em decorrência das revisões realizadas nos projetos iniciais.

Valor contratual total: R\$ 870.921,58 (oitocentos e setenta mil novecentos e vinte e um reais e cinquenta e oito centavos)

Vigência: 08.05.2020 até 08.01.2021.

Data de assinatura: 8 de maio de 2020.

**EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 97/PGJ/2019**

Processo nº PGJ/10/3231/2019

Partes:

**1- Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

**2- ROGÉRIO RODRIGUES FIGUEIREDO**.

Procedimento licitatório: Licitação dispensada, com fulcro no com o artigo 24, inciso X, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Amparo legal: Artigo 65, inciso II, alínea “b”, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Objeto: Alterar o Anexo I - Das Alterações Necessárias do Imóvel, do Contrato nº 97/PGJ/2019, referente à “*locação do imóvel situado na Rua Pedro Cesco, nº 530, casa 1, Centro, na cidade de Terenos/MS, registrado no Serviço Registral Imobiliário da Comarca de Terenos/MS sob a matrícula nº 5233, com área total de 233,66m² (duzentos e trinta e três metros quadrados e sessenta e seis centímetros quadrados), para a instalação da sede da Promotoria de Justiça daquela comarca*”, para ajustar a forma de execução da obra especificada no item 5 e para suprimir as adequações descritas nos itens 1, 2 e 4, em decorrência da revisão do projeto inicial.

Vigência: 08.05.2020 a 06.03.2025.

Data de assinatura: 08 de maio de 2020.

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 45/PGJ/2020**

Processo nº PGJ/10/0902/2020

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, por intermédio do **Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **TORINO INFORMÁTICA LTDA**, representada por **Rodrigo do Amaral Rissio**.

Procedimento licitatório: Adesão à Ata de Registro de Preços nº 061/19, decorrente do Pregão Eletrônico nº 073/19, da Justiça Federal de Primeiro Grau no Paraná.

Amparo legal: Lei Federal nº 8.666/1993 (e suas alterações) e nº 10.520/2002.

Objeto: Fornecimento de microcomputadores e monitores para atender ao Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor total: R\$ 1.017.112,50 (um milhão dezessete mil cento e doze reais e cinquenta centavos), nos termos da Nota de Empenho nº 2020NE000164, de 17.04.2020.

Vigência: 12.05.2020 a 12.05.2025.

Data de assinatura: 12 de maio de 2020.

**EXTRATO DO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA ENTRE MPMS E INCRA**

Processo nº PGJ/10/1336/2020

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral de Justiça, **Paulo Cezar dos Passos**;

2 - **INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA/SR-16**, representado por seu Superintendente Regional, **Antonio de Castro Vieira**.

Amparo legal: Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993; Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986; e Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2001.

Objeto: Disciplinar o acesso do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul às informações contidas no Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR, gerenciadas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, visando a realização de consultas de caráter informativo.

Vigência do Convênio: 13.05.2020 a 13.05.2024.

Data da assinatura: 24 de abril de 2020.

**EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA****COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA****AMAMBAI****RECOMENDAÇÃO N.º 0003/2020/01PJ/AMB**

Autos de Inquérito Civil n.º. 09.2020.00001634-4

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Município de Amambai/MS

**RECOMENDAÇÃO N.º 0003/2020/01PJ/AMB**

*Dispõe sobre a publicidade de gastos no combate ao COVID-19.*

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio de sua Promotora de Justiça que esta assina, titular da Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social de Amambai, no uso de suas atribuições legais, nos termos dos arts. 127 e 129, II, da Constituição Federal; arts. 27, § único, inc. IV, da Lei Federal n. 8.625/93; e artigo 26, IV, alíneas “a” e “b” da Lei Complementar Estadual n. 75/1994, visando a melhoria dos serviços públicos e de relevância pública, bem como o respeito aos interesses, direitos e bens cuja defesa lhe cabe promover, e

CONSIDERANDO que, nos termos do art. 127 da Constituição Federal, incumbe ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

CONSIDERANDO que a vida e a saúde constituem direitos fundamentais do ser humano, sendo de grande relevância pública;

CONSIDERANDO que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação, conforme previsto no artigo 196 da Constituição Federal e artigo 173 da Constituição Estadual;

CONSIDERANDO o notório estado de emergência presente no mundo em razão da disseminação do novo coronavírus COVID-19, levando a Organização Mundial da Saúde – OMS a declarar situação de pandemia, ao passo em que pleiteou, por parte de todos os países, uma “ação urgente e agressiva” para sua contenção;

CONSIDERANDO que o vírus, de origem provável na cidade de Wuhan, na República da China, possui uma extraordinária facilidade de transmissão e intriga cientistas do mundo todo, o qual vem causando alta mortalidade em países da Europa e nos Estados Unidos da América;

CONSIDERANDO as consequências da ausência de medidas rápidas e efetivas de prevenção da disseminação do vírus são da mais alta gravidade;

CONSIDERANDO que a progressão do coronavírus COVID-19 tem sido exponencial em todo o mundo, de forma tal que todos os Governos – incluído o brasileiro – têm buscado tomar as medidas de forma urgentíssima. É certo que cada país apresenta uma trajetória distinta no número de casos confirmados, tendo em vista diversos fatores que influenciam a propagação da doença pulmonar causada e ao volume de testes disponibilizados para a sua detecção;

CONSIDERANDO que é consenso mundial a ideia de que, para que qualquer sistema de saúde não sofra colapso, é necessário reduzir a curva epidêmica, principalmente através do isolamento social. Epidemiologistas e autoridades da saúde mantêm o foco nessa curva de crescimento, com o objetivo de evitar o ritmo acelerado das enfermidades causadas pelo COVID-19. Isso porque se o crescimento inicial é íngreme demais, o número de casos pode rapidamente ultrapassar a capacidade de atendimento do sistema de saúde;



CONSIDERANDO que o Brasil já contabiliza aproximadamente 135.106 casos confirmados, com 9.146 mortes<sup>1</sup>;

CONSIDERANDO que o Mato Grosso do Sul já contabiliza 326 casos confirmados, com 11 óbito por COVID-19<sup>2</sup>, situação deflagrada que ensejou a expedição do Decreto Legislativo n. 620 de 19 de março de 2020 pelo Estado do Mato Grosso do Sul, declarando situação de calamidade pública no âmbito da saúde pública do Estado;

CONSIDERANDO que já foi reconhecida oficialmente, em âmbito federal e estadual, a transmissão comunitária do novo coronavírus;

CONSIDERANDO que o Parlamento brasileiro aprovou a Lei Federal n. 13.979/2020, que “*dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019*”. Dentre as medidas emergenciais adotadas, pode-se dar destaque à criação de nova hipótese de dispensa de licitação para aquisição de bens, serviços, inclusive de engenharia, e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, sendo consideradas presumidas: a) a ocorrência de situação de emergência; b) a necessidade de pronto atendimento da situação de emergência; c) a existência de risco a segurança de pessoas, obras, prestação de serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares; e d) a limitação da contratação à parcela necessária ao atendimento da situação de emergência;

CONSIDERANDO que no seu art. 4º, referida legislação, aplicável a todos os entes políticos (União, Estados, Municípios e Distrito Federal), é expressa ao prever que a dispensa de licitação baseada na emergência em razão do COVID-19 é temporária e deve ser aplicada apenas enquanto perdurar a emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus COVID-19;

CONSIDERANDO que dentre os requisitos legais exigidos, a nova legislação prevê a disponibilização, em sítio eletrônico específico, de todas as contratações ou aquisições realizadas, in verbis:

“ Art. 4º - (...)2º - Todas as contratações ou aquisições realizadas com fulcro nesta Lei serão imediatamente disponibilizadas em sítio oficial específico na rede mundial de computadores (internet), contendo, no que couber, além das informações previstas no § 3º do art. 8º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, o nome do contratado, o número de sua inscrição na Receita Federal do Brasil, o prazo contratual, o valor e o respectivo processo de contratação ou aquisição”

CONSIDERANDO que no âmbito federal, o Ministério da Saúde criou em seu sítio eletrônico a (<https://saude.gov.br/>) um link de acesso rápido a todas as contratações e aquisições realizadas na prevenção e combate ao coronavírus COVID-19;

CONSIDERANDO a necessidade de ampla publicidade dos gastos públicos realizados, deve ser levado em conta que a celeridade necessária para as aquisições em comento não significa uma atuação que possa, de alguma forma, contrariar os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, isonomia, seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, promoção do desenvolvimento nacional sustentável, bem como demais preceitos que lhe sejam correlatos. Não se trata, assim, de autorização irrestrita para aquisição desmesurada e irracional de bens e serviços, somente em razão de se estar em face de excepcional situação de emergência pandêmica;

CONSIDERANDO que em face da grave e urgente calamidade pública que assola o país e o mundo, decidiu a Lei, em observância ao princípio da eficiência insculpido no art. 37, caput da CF/88, que não seria razoável exigir que o gestor público declinasse, em cada um dos processos de aquisição, os fatos e circunstâncias que são de conhecimento público e notório;

CONSIDERANDO que a celeridade buscada pelo legislador, ao mitigar algumas exigências previstas na sistemática da Lei n. 8.666/93, impõe ao gestor público e as entidades que desenvolvem serviço público assemelhado, o dever de cautela e de apuração das circunstâncias fáticas que orientam para eventual contratação direta sob tal fundamento;

<sup>1</sup> Dados constantes em <https://covid.saude.gov.br/>, acessado em 08 de maio de 2020

<sup>2</sup> Dados relativos ao Boletim Epidemiológico de 08 de maio de 2020, disponível em <https://www.vs.saude.ms.gov.br/wp-content/uploads/2020/05/Boletim-Epidemiol%C3%B3gico-COVID-19-2020.05.08.pdf>

CONSIDERANDO que a vigente Constituição da República e a Constituição Estadual consagraram como princípio fundamental da Administração Pública a publicidade (CF, art. 37, *caput*), bem como garantiu o direito fundamental à informação (CF, art. 5º, inciso XIV);

CONSIDERANDO que o princípio da publicidade, enquanto transparência da gestão, possibilita maior controle social das contas públicas, facilitando a obtenção de dados relativos à gestão de pessoal, orçamentária e financeira e, consequentemente, reduzindo a margem de eventuais desvios, sendo, portanto, uma medida de caráter preventivo visando o direito fundamental a uma boa administração pública;

CONSIDERANDO que apesar de estarmos vivenciando um estado de calamidade pública, ainda persiste a necessidade da utilização de instrumento para garantir a transparência da gestão, disponibilizando informações sem a necessidade de prévia requisição;

RESOLVE, em defesa do patrimônio público e social e, em observância aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência; RECOMENDAR<sup>3</sup>, com objetivo de evitar eventuais demandas judiciais para a responsabilização das autoridades competentes, à PREFEITURA MUNICIPAL DE AMAMBAI/MS, nas pessoas do Prefeito Municipal, Excelentíssimo Dr. Edinaldo Luiz de Melo Bandeira, e da Secretária Municipal de Saúde de Amambai, Sra. Dirlene Silveira dos Santos Zanetti Rodrigues, que:

Proceda a disponibilização em seu sítio eletrônico de *link* específico de acesso onde deverão ser publicizados, em tempo real e de forma fidedigna (sem omissões), todas as contratações e aquisições realizadas, contendo, no que couber, os nomes dos contratados, os números de suas inscrições na Receita Federal do Brasil (CNPJs), os prazos contratuais, os objetos e quantidades contratados, os valores individualizados contratados e os números dos respectivos processos de contratação ou aquisição.

Fica estabelecido o prazo de 10 (dez) dias úteis para que seja informado pelo Prefeito Municipal ao Ministério Público o acatamento ou não da recomendação e encaminhamento de documento comprobatório do cumprimento desta Recomendação.

A ausência de observância da medida enunciada impulsionará o Ministério Público Estadual a adotar as providências judiciais e extrajudiciais pertinentes para garantir a prevalência das normas de proteção ao patrimônio público e social de que trata esta recomendação.

Ressalte-se que, a partir da data de entrega da presente recomendação, o Ministério Público considera seus destinatários como pessoalmente cientes da situação ora exposta e, nesses termos, passíveis de responsabilização por quaisquer eventos futuros imputáveis à sua eventual omissão.

A presente recomendação não exclui a irrestrita necessidade de plena observância de todas as normas constitucionais e infraconstitucionais em vigor.

Faz-se impositivo constar que a presente recomendação não esgota a atuação do Ministério Público sobre o tema, não excluindo futuras recomendações ou outras iniciativas com relação aos entes públicos com responsabilidade e competência no objeto.

Em atenção ao disposto no Parágrafo único do artigo 45 da Resolução n. 15/2007/PGJ, solicito à Prefeitura Municipal de Amambai/MS a divulgação adequada e imediata desta Recomendação no Diário Oficial do órgão.

Dê-se ciência da presente recomendação à Controladoria Interna do Município.

Cópia desta recomendação será encaminhada para fins de publicação no Diário Oficial do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Amambai, 12 de maio de 2020 .

Nara Mendes dos Santos Fernandes  
Promotora de Justiça

<sup>3</sup> Resolução n. 015-2007 – PGJ, de 27 de novembro de 2007 - Art. 5º A recomendação é instrumento destinado à orientação de órgãos públicos ou privados, para que sejam cumpridas normas relativas a direitos e deveres assegurados ou decorrentes das Constituições Federal e Estadual e serviços de relevância pública e social.

---

**CASSILÂNDIA**

---

**EDITAL N° 0007/2020/01PJ/CLA**

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Cassilândia - MS, torna pública a INSTAURAÇÃO do Procedimento Preparatório nº 06.2020.00000639-0, para conhecimento de terceiros interessados no oferecimento de elementos de informação, o qual encontra-se registrado no sistema SAJ/MP, e poderá ser integralmente acessado via internet no endereço eletrônico <http://consultaprocedimentos.mpms.mp.br/consulta/saj/processo> e também encontra-se à disposição de quem possa interessar na Rua Sebastião Martins da Silva, nº 800 – Bairro Alto Izanópolis – Cassilândia-MS.

Procedimento Preparatório nº 06.2020.00000639-0

Requerente: 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Cassilândia-MS

Requerido: A APURAR

Assunto: Apurar a regularidade do pagamento de diárias a vereadores da comarca de Cassilândia-MS, com relação ao período de 2019 a fevereiro de 2020.

Cassilândia-MS, 11 de maio de 2020

PEDRO DE OLIVEIRA MAGALHÃES  
PROMOTOR DE JUSTIÇA

**RECOMENDAÇÃO N.º 0006/2020/01PJ/CLA**

Autos de Procedimento Preparatório nº09.2020.00001662-2

Requerente: 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Cassilândia-MS

Requerido: Secretaria Municipal de Saúde de Cassilândia-MS

Objeto: Acompanhar a devida publicidade das contratações e aquisições realizadas pela Secretaria Municipal de Saúde no tocante à prevenção e combate ao coronavírus COVID-19, em atenção a Lei Federal nº 13.979/2020.

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio do(a) Promotor(a) de Justiça que esta subscreve, titular da 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Cassilândia, com fundamento no artigo 27, parágrafo único, inciso IV, da Lei nº 8.625/93 e no artigo 29, IV da Lei Complementar Estadual nº 72/1994 e

CONSIDERANDO que, nos termos do art. 127 da Constituição Federal, incumbe ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

CONSIDERANDO que a vida e a saúde constituem direitos fundamentais do ser humano, sendo de grande relevância pública;

CONSIDERANDO que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação, conforme previsto no artigo 196 da Constituição Federal e artigo 173 da Constituição Estadual;

CONSIDERANDO o notório estado de emergência presente no mundo em razão da disseminação do novo coronavírus COVID-19, levando a Organização Mundial da Saúde – OMS a declarar situação de pandemia, ao passo em que pleiteou, por parte de todos os países, uma “ação urgente e agressiva” para sua contenção;

CONSIDERANDO que o vírus, de origem provável na cidade de Wuhan, na República da China, possui uma extraordinária facilidade de transmissão e intriga cientistas do mundo todo, o qual vem causando alta mortalidade em países da Europa e nos Estados Unidos da América;

CONSIDERANDO as consequências da ausência de medidas rápidas e efetivas de prevenção da disseminação do vírus são da mais alta gravidade;

CONSIDERANDO que a progressão do coronavírus COVID-19 tem sido exponencial em todo o mundo, de forma tal que todos os Governos – incluído o brasileiro – têm buscado tomar as medidas de forma urgentíssima. É certo que cada país apresenta uma trajetória distinta no número de casos confirmados, tendo em vista diversos fatores que influenciam a propagação da doença pulmonar causada e ao volume de testes disponibilizados para a sua detecção;

CONSIDERANDO que é consenso mundial a ideia de que, para que qualquer sistema de saúde não sofra colapso, é necessário reduzir a curva epidêmica, principalmente através do isolamento social. Epidemiologistas e autoridades da saúde mantêm o foco nessa curva de crescimento, com o objetivo de evitar o ritmo acelerado das enfermidades causadas pelo COVID-19. Isso porque se o crescimento inicial é íngreme demais, o número de casos pode rapidamente ultrapassar a capacidade de atendimento do sistema de saúde;

CONSIDERANDO que o Brasil já contabiliza aproximadamente 135.106 casos confirmados, com 9.146 mortes<sup>4</sup>;

CONSIDERANDO que o Mato Grosso do Sul já contabiliza 326 casos confirmados, com 11 óbitos por COVID-19<sup>5</sup>, situação deflagrada que ensejou a expedição do Decreto Legislativo nº 620 de 19 de março de 2020 pelo Estado do Mato Grosso do Sul, declarando situação de calamidade pública no âmbito da saúde pública do Estado;

CONSIDERANDO que já foi reconhecida oficialmente, em âmbito federal e estadual, a transmissão comunitária do novo coronavírus;

CONSIDERANDO que o Parlamento brasileiro aprovou a Lei Federal nº 13.979/2020, que “*dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019*”. Dentre as medidas emergenciais adotadas, pode-se dar destaque à criação de nova hipótese de dispensa de licitação para aquisição de bens, serviços, inclusive de engenharia, e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, sendo consideradas presumidas: a) a ocorrência de situação de emergência; b) a necessidade de pronto atendimento da situação de emergência; c) a existência de risco a segurança de pessoas, obras, prestação de serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares; e d) a limitação da contratação à parcela necessária ao atendimento da situação de emergência;

CONSIDERANDO que no seu art. 4º, referida legislação, aplicável a todos os entes políticos (União, Estados, Municípios e Distrito Federal), é expressa ao prever que a dispensa de licitação baseada na emergência em razão do COVID-19 é temporária e deve ser aplicada apenas enquanto perdurar a emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus COVID-19;

CONSIDERANDO que dentre os requisitos legais exigidos, a nova legislação prevê a disponibilização, em sítio eletrônico específico, de todas as contratações ou aquisições realizadas, in verbis:

“ Art. 4º - (...)

• 2º - Todas as contratações ou aquisições realizadas com fulcro nesta Lei serão imediatamente disponibilizadas em sítio oficial específico na rede mundial de computadores (internet), contendo, no que couber, além das informações previstas no § 3º do art. 8º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, o nome do contratado, o número de sua inscrição na Receita Federal do Brasil, o prazo contratual, o valor e o respectivo processo de contratação ou aquisição”

CONSIDERANDO que, no âmbito federal, o Ministério da Saúde criou em seu sítio eletrônico a (<https://saude.gov.br/>) um link de acesso rápido a todas as contratações e aquisições realizadas na prevenção e combate ao coronavírus COVID-19;

CONSIDERANDO a necessidade de ampla publicidade dos gastos públicos realizados, deve ser levado em conta que a celeridade necessária para as aquisições em comento não significa uma atuação que possa, de alguma forma, contrariar os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, isonomia, seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, promoção do desenvolvimento nacional sustentável, bem como demais preceitos que lhe sejam correlatos. Não se trata, assim, de autorização irrestrita para aquisição desmesurada e irracional de bens e serviços, somente em razão de se estar em face de excepcional situação de emergência pandêmica;

CONSIDERANDO que em face da grave e urgente calamidade pública que assola o país e o mundo, decidiu a Lei, em observância ao princípio da eficiência insculpido no art. 37, caput da CF/88, que não seria razoável exigir que o

<sup>4</sup> Dados constantes em <https://covid.saude.gov.br/>, acessado em 08 de maio de 2020

<sup>5</sup> Dados relativos ao Boletim Epidemiológico de 08 de maio de 2020, disponível em <https://www.vs.saude.ms.gov.br/wp-content/uploads/2020/05/Boletim-Epidemiol%C3%B3gico-COVID-19-2020.05.08.pdf>

gestor público declinasse, em cada um dos processos de aquisição, os fatos e circunstâncias que são de conhecimento público e notório;

CONSIDERANDO que a celeridade buscada pelo legislador, ao mitigar algumas exigências previstas na sistemática da Lei nº 8.666/93, impõe ao gestor público e as entidades que desenvolvem serviço público assemelhado, o dever de cautela e de apuração das circunstâncias fáticas que orientam para eventual contratação direta sob tal fundamento;

CONSIDERANDO que Secretaria de Estado de Saúde do Mato Grosso do Sul criou, em seu sítio eletrônico, um *link* para fornecer à população informações, notícias, boletins e documentos da Secretaria sobre a doença causada pelo coronavírus COVID-19 <https://www.coronavirus.ms.gov.br/>;

CONSIDERANDO que ao acessar tais dados verifica-se que não há nenhuma publicação, de fácil acesso por toda a população, das contratações e aquisições realizadas na prevenção e combate ao coronavírus COVID-19, conforme determina a Lei Federal 13.979/2020;

CONSIDERANDO que de igual modo, nos *sites* da Fundação Serviços de Saúde de Mato Grosso do Sul – SAUDE - MS (função pública), o Instituto Gerir, Instituto Acqua e Instituto de Atenção Básica e Avançada à Saúde – IABAS (organizações sociais) – que possuem contratos com a SES/MS<sup>6</sup> para gestão de serviços de saúde –, não há *link* específico disponibilizando informações sobre as contratações e aquisições realizadas na prevenção e combate ao coronavírus COVID-19, em atenção a Lei Federal nº 13.979/2020;

CONSIDERANDO o descumprimento pela Secretaria de Estado de Saúde das disposições previstas no §2º, do artigo 4º da Lei Federal nº 13.979/2020;

CONSIDERANDO que a vigente Constituição da República e a Constituição Estadual consagraram como princípio fundamental da Administração Pública a publicidade (CF, art. 37, *caput*), bem como garantiu o direito fundamental à informação (CF, art. 5º, inciso XIV);

CONSIDERANDO que o princípio da publicidade, enquanto transparência da gestão, possibilita maior controle social das contas públicas, facilitando a obtenção de dados relativos à gestão de pessoal, orçamentária e financeira e, consequentemente, reduzindo a margem de eventuais desvios, sendo, portanto, uma medida de caráter preventivo visando o direito fundamental a uma boa administração pública;

CONSIDERANDO que apesar de estarmos vivenciando um estado de calamidade pública, ainda persiste a necessidade da utilização de instrumento para garantir a transparência da gestão, disponibilizando informações sem a necessidade de prévia requisição;

RESOLVE:

RECOMENDAR ao Secretário Municipal de Saúde de CASSILÂNDIA-MS, o Sr. JOSÉ LOURENÇO BRAGA LÍRIA, que:

. Proceda à disponibilização em seu sítio eletrônico de *link* específico de acesso onde deverão ser publicados, em tempo real e de forma fidedigna (sem omissões), todas as contratações e aquisições realizadas, contendo, no que couber, os nomes dos contratados, os números de suas inscrições na Receita Federal do Brasil (CNPJs), os prazos contratuais, os objetos e quantidades contratados, os valores individualizados contratados e os números dos respectivos processos de contratação ou aquisição.

DETERMINA, assim, que seja encaminhado no prazo de 10 (dez) dias úteis para o e-mail desta 1ª Promotoria de Justiça de Cassilândia ([pjcassilandia@mpms.mp.br](mailto:pjcassilandia@mpms.mp.br)), DOCUMENTO COMPROBATÓRIO do cumprimento desta Recomendação. Ressalta-se que a inobservância da presente Recomendação acarretará a adoção de todas as medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis.

Cassilândia, 11 de maio de 2020.

PEDRO DE OLIVEIRA MAGALHÃES  
Promotor de Justiça

<sup>6</sup> <http://www.saude.ms.gov.br/organizacao-social-de-saude/>

---

**CHAPADÃO DO SUL**

---

**EDITAL 14/2020/2ªPJCS**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Chapadão do Sul torna pública a retificação do Edital nº 16/2019/2ªPJCS quanto ao nome do requerido, para que passe a constar Alberto Jorge Muniz, Mirian Peres de Castro, Ana Marta Muniz Espíndola, Estácio Muniz Neto, Jorge Manoel Gazal Neto e Mônica Gazal Muniz, o qual pode ser integralmente acessado via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Chapadão do Sul – MS, 12 de maio de 2020.

FERNANDA PROENÇA DE AZAMBUJA  
Promotora de Justiça

**EDITAL 15/2020/2ªPJCS**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Chapadão do Sul torna pública a retificação do Edital nº 10/2019/2ªPJCS quanto ao nome do requerido, para que passe a constar Maurício Jorge Muniz, Alberto Jorge Muniz, Mirian Peres de Castro, Ana Marta Muniz Espíndola, Elpidio Espíndola Júnior, Estácio Muniz Neto, Jorge Manoel Gazal Neto e Mônica Gazal Muniz, o qual pode ser integralmente acessado via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Chapadão do Sul – MS, 12 de maio de 2020.

FERNANDA PROENÇA DE AZAMBUJA  
Promotora de Justiça

---

**TERENOS**

---

**EDITAL Nº 0025/2020/PJ/TRN**

A Promotoria de Justiça da comarca de Terenos/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo especificado, o qual está à disposição de quem possa interessar, no endereço sito Rua Pedro Celestino, s/n, Centro, Terenos/MS.

Inquérito Civil: 06.2020.00000539-1.

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso Do Sul.

Requerido: Aldair Juvenal Barroquiel

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da supressão de 17,71 hectares de vegetação nativa, na Fazenda Pau Grosso, em Terenos, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme conclusão do Parecer nº 586/19/NUGEO (Programa DNA Ambiental).

Terenos/MS, 29 de abril de 2020.

EDUARDO DE ARAÚJO PORTES GUEDES  
Promotor de Justiça

**EDITAL Nº 0026/2020/PJ/TRN**

A Promotoria de Justiça da comarca de Terenos/MS torna pública a instauração do Procedimento Preparatório abaixo especificado, o qual está à disposição de quem possa interessar, no endereço sito Rua Pedro Celestino, s/n, Centro, Terenos/MS.

Procedimento Preparatório: 06.2020.00000562-5.

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso Do Sul.

Requerido: Nome da Parte Passiva Selecionada << Nenhuma informação disponível >>

Assunto: Apurar possível irregularidade em licitação realizada pelo Município de Terenos/MS visando a contratação de serviços de reparo e manutenção da CMEI Vítor Glagau.

Terenos/MS, 29 de abril de 2020.

EDUARDO DE ARAÚJO PORTES GUEDES

Promotor de Justiça

**EDITAL Nº 0027/2020/PJ/TRN**

A Promotoria de Justiça da comarca de Terenos/MS torna pública a instauração do Procedimento Preparatório abaixo especificado, o qual está à disposição de quem possa interessar, no endereço sito Rua Pedro Celestino, s/n, Centro, Terenos/MS.

Procedimento Preparatório: 06.2020.00000543-6.

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso Do Sul.

Requerido: A APURAR

Assunto: Apurar possível ocorrência de dano ambiental na Fazenda Três Irmãos, neste município.

Terenos/MS, 29 de abril de 2020.

EDUARDO DE ARAÚJO PORTES GUEDES

Promotor de Justiça

**EDITAL Nº 0028/2020/PJ/TRN**

A Promotoria de Justiça da comarca de Terenos/MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo de tutela de interesses individuais indisponíveis abaixo especificado, o qual está à disposição de quem possa interessar, no endereço sito Rua Pedro Celestino, s/n, Centro, Terenos/MS.

Procedimento Administrativo de tutela de interesses individuais indisponíveis: 09.2020.00001520-1.

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso Do Sul.

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar possível situação de risco envolvendo a idosa Bernadina de Jesus.

Terenos/MS, 04 de maio de 2020.

EDUARDO DE ARAÚJO PORTES GUEDES

Promotor de Justiça



**EDITAL N° 0029/2020/PJ/TRN**

A Promotoria de Justiça da comarca de Terenos/MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo de tutela de interesses individuais indisponíveis abaixo especificado, o qual está à disposição de quem possa interessar, no endereço sito Rua Pedro Celestino, s/n, Centro, Terenos/MS.

Procedimento Administrativo de tutela de interesses individuais indisponíveis: 09.2020.00001521-2.

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso Do Sul.

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar possível situação de risco envolvendo o idoso João Justino Pedroso.

Terenos/MS, 04 de maio de 2020.

EDUARDO DE ARAÚJO PORTES GUEDES

Promotor de Justiça

**EDITAL N° 0030/2020/PJ/TRN**

A Promotoria de Justiça da comarca de Terenos/MS torna pública a instauração do Procedimento Preparatório abaixo especificado, o qual está à disposição de quem possa interessar, no endereço sito Rua Pedro Celestino, s/n, Centro, Terenos/MS.

Procedimento Preparatório: 06.2020.00000561-4

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso Do Sul.

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar possível dano ambiental na Fazenda Piraputanga, situada no Município de Terenos-MS, consistente na ausência de local adequado para armazenamento de embalagens vazias de agrotóxicos.

Terenos/MS, 04 de maio de 2020.

EDUARDO DE ARAÚJO PORTES GUEDES

Promotor de Justiça